

Paulo Drumond Braga

UMA LANÇA EM ÁFRICA:  
HISTÓRIA DA CONQUISTA  
DE CEUTA  
(1415)

a esfera  dos livros

## ÍNDICE

Duas palavras prévias . . . . .	11
1. Porquê conquistar Ceuta? . . . . .	13
2. Que cidade foram os portugueses encontrar em 1415? . . . . .	21
3. O doce sabor da vitória. . . . .	25
4. Uma cidade portuguesa fora de Portugal . . . . .	45
5. Ceuta entre portugueses, castelhanos e marroquinos. . . . .	87
6. A hora de perder Ceuta . . . . .	97
Epílogo. . . . .	105
Anexos . . . . .	109
Notas . . . . .	119
Fontes e bibliografia . . . . .	159

Para a Isabel, ainda e sempre

## DUAS PALAVRAS PRÉVIAS

No dia 21 de agosto de 1415, «quando estava o sol em seis graus do signo de Virgem e a lua sobre o primeiro quarto do seu crescimento, no primeiro grau de dois gémeos que são Pólux e Castor filhos de Leda»<sup>1</sup>, um exército comandado por D. João I, rei de Portugal, conquistou a cidade de Ceuta, localizada no Norte de África.

Assinalar o evento seiscentos anos depois afigura-se oportuno e assim o entenderam os editores que tiveram a gentileza de encomendar este livro a quem, em tempos de juventude, se apaixonara pela história de uma cidade portuguesa de Além-Mar em África, possibilitando-lhe um gostoso reviver do passado, num reencontro com documentos, livros e pessoas há muito esquecidos. Recordo todos os que há quase duas décadas classifiquei como «os meus amigos de Ceuta» e deixo uma palavra de saudade para A. H. de Oliveira Marques (1933-2007), que acompanhou parte do percurso da minha primeira incursão pela história da cidade do Estreito. A Isabel, companheira deste como de muitos outros empreendimentos, além de coautora do livro saído em 1998, merece uma referência muito especial.

Lisboa, abril de 2015

1

PORQUÊ CONQUISTAR CEUTA?

**D**urante séculos, cronistas e historiadores têm tentado explicar as razões que levaram D. João I ao ousado empreendimento de 1415. Na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, Gomes Eanes de Zurara defendeu a hipótese que viria a fazer escola durante séculos a fio: a de que a conquista da cidade norte-africana deveu-se ao desejo dos três filhos varões mais velhos de D. João I, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, de quererem ser armados cavaleiros em palco mais digno e honroso do que um simples torneio. O vedor da fazenda, João Afonso de Alenquer, teria sugerido Ceuta e o projeto, calorosamente acolhido pelos infantes, fora depois aceite pelo rei<sup>2</sup>.

No século XIX, o cardeal Saraiva recordou que os ataques constantes dos piratas muçulmanos à costa portuguesa, para além da velha inimizade com o Islão, teriam sido duas das possíveis razões que levaram os Portugueses a tomar Ceuta<sup>3</sup>. Posteriormente, Oliveira Martins referiu, a par da continuação da Reconquista, outro fator: «era abrir a Portugal as portas douradas do Oriente vago e misterioso, onde havia cristãos com efeito, os cristãos do Preste João, mas onde havia também as especiarias, os tecidos preciosos, o ouro fulvo, e tudo o mais que as caravanas

traziam através do deserto, desde o mar Roxo, pelo Egito, pela Tripolitânia e por Argel, até Marrocos, de que Ceuta era a Nova Iorque, e Fez a capital, como Washington, uma corte apenas»<sup>4</sup>.

Mas seria a hipótese lançada em 1919, por António Sérgio, que, simultaneamente, maior êxito e polémica viria a causar na historiografia. O autor dos *Ensaio*s afirmou que o vedor da fazenda de D. João I, João Afonso de Alenquer, aparece na obra de Zurara como o representante da burguesia interessada no tráfico comercial ultramarino, sendo Ceuta um ponto-chave, por a ela afluírem as riquezas do Oriente e os cereais de Marrocos<sup>5</sup>.

Entretanto, em 1923, num trabalho que passou despercebido, Luís Teixeira de Sampaio apresentou fatores de ordem económica e estratégica, escrevendo sobre estes últimos: «Ceuta nas mãos dos Portugueses era uma ameaça contra os Mouros de Granada e permitia a D. João I desempenhar o papel que mais lhe conviesse com respeito à conquista da Andaluzia.»<sup>6</sup>

David Lopes, escrevendo pela primeira vez sobre o assunto em 1924 e a ele voltando depois frequentemente, recordou que Ceuta não era de modo algum uma zona produtora de cereais, que existiam, mas no sul de Marrocos, nem sequer entreposto de mercadorias orientais, lugar que, na verdade, cabia a Fez. A este respeito, criticou, com a autoridade de grande arabista que era, a comparação de Ceuta a Nova Iorque e de Fez a Washington, feita, como se viu, por Oliveira Martins. A sua preferência foi para a hipótese da continuidade da Reconquista, salientando ainda a ideia de que Ceuta era uma importante base naval, representando a sua posse pelos Portugueses o fim do domínio muçulmano do Estreito e simultaneamente, da pirataria islâmica na zona<sup>7</sup>.

Jaime Cortesão publicou, em 1925, um primeiro artigo sobre a matéria, negando a hipótese de António Sérgio, mas defendendo a miragem do ouro do Sudão e, indo mais longe, sustentou a ideia

de um vasto plano de expansão que visaria, em última análise, a Índia. Não esqueceu igualmente o aspeto do combate à pirataria<sup>8</sup>.

Entretanto, novas achegas foram sendo dadas. João Lúcio de Azevedo, ignorando tudo o que antes dele se escrevera sobre a matéria, retomou, em 1929, a hipótese de que prever os riscos de uma nobreza desocupada teria impellido D. João I a agir<sup>9</sup>. No mesmo ano Joaquim Bensaúde lançou a arrojada ideia do «plano das Índias» do infante D. Henrique, o qual almejaria destruir o perigo turco que ameaçaria a Cristandade, iniciando-se esse duelo precisamente com a conquista de Ceuta<sup>10</sup>. Contestando António Sérgio, Mário de Albuquerque lembrou uma vez mais a desocupação da nobreza, bem como o espírito de cavalaria e os ideais religiosos<sup>11</sup>. Baltasar Osório, veio reafirmar, em 1933, que a conquista de Ceuta fora sobretudo um ato cavaleiresco<sup>12</sup>. Veiga Simões, por seu turno, em estudos publicados em 1937 e 1938, esboçou um quadro das necessidades dos vários grupos sociais, concluindo que a crise económica que então se vivia levou a um desejo de «alargamento das terras»<sup>13</sup>. Em 1940, numa comunicação esquecida, o visconde da Lagoa defendeu a existência de um «estímulo económico» na conquista de Ceuta, mais concretamente o desejo português de estabelecer um centro de trocas na costa africana, aonde afluíssem ouro e outras riquezas do Oriente<sup>14</sup>.

A hipótese de António Sérgio, pese embora todas as críticas que sofreu, veio a merecer a atenção de Vitorino Magalhães Godinho, claramente empenhado numa historiografia de cariz não nacionalista<sup>15</sup>. Este começou, em 1943, por criticar um livro de Joaquim Bensaúde, significativamente intitulado *A Cruzada do Infante D. Henrique*<sup>16</sup>, retomando, depois, por diversas vezes, o mesmo assunto, defendendo que Ceuta valia por si própria, por facilitar a abertura a dois mundos, o marroquino-mediterrâneo e o marroquino-atlântico. Ali teriam os mercadores portugueses

pensado poder procurar o ouro do Sudão, o cereal de Marrocos, novas áreas para pescarias e uma base para abastecimento de escravos<sup>17</sup>.

No início dos anos 60 do século passado, quer devido às comemorações do quinto centenário da morte do infante D. Henrique, quer como resposta a Vitorino Magalhães Godinho, vários autores abordaram a temática da conquista de Ceuta. Assim, Torquato Sousa Soares negou a existência de um projeto global de conquista de Marrocos, defendendo que a ideia de combater os muçulmanos no seu próprio seio não datou de 1415. A empresa joanina teria tido como objetivo essencial acabar com a pirataria e o corso islâmicos, responsáveis pela captura de um grande número de cristãos<sup>18</sup>. Dias Dinis, por seu turno, fez o elenco das bulas de cruzada concedidas pelos papas aos reis de Portugal no período anterior a 1415, sublinhando a continuidade entre a Reconquista e as investidas quatrocentistas sobre Marrocos, mais concretamente para evitar que este último reforçasse Granada<sup>19</sup>. De qualquer forma, um autor de formação marxista, António Borges Coelho, defendeu as teses de Vitorino Magalhães Godinho, em livro publicado pela primeira vez em 1964, ao considerar, como motivações decisivas para a conquista de Ceuta, «o domínio do Estreito, a posse duma base magnífica para a guerra de corso, um passo em frente dado na direção do mundo do ouro, das especiarias e dos escravos»<sup>20</sup>.

Nos anos 70 e 80, novas interpretações foram surgindo. Em 1978, Luís Adão da Fonseca lembrou que a conquista de Ceuta tivera como motivação o desejo de controlar o Estreito, interessando, por isso, tanto a Portugueses como a Genoveses. Após 1415, a cidade tornou-se base de navegações lusas contra o Islão, bem como contra o Mediterrâneo Ocidental<sup>21</sup>. Num artigo só divulgado em Portugal em 1985, Alexandre Lobato defendeu que o espírito de cavalaria, na sua dupla vertente de honra e proveito,

foi o móbil essencial da conquista de Ceuta. E escreveu: «Não há razão imperativa alguma, nacional, peninsular, ou internacional, para se conquistar Ceuta. Trata-se de uma inutilidade grandiosa, qualquer coisa como o feito da construção de Mafra no século xv.»<sup>22</sup> Pouco tempo depois, Jorge Borges de Macedo pôs em causa as interpretações que se baseavam em «fatores que a sociedade da época não vivia, nem analisava com as nossas prioridades», para salientar aspetos estratégicos: «as razões para a conquista visavam o equilíbrio das forças internacionais. A operação militar é o resultado de uma estratégia, deriva diretamente da insuficiência do apoio provável da Inglaterra a Portugal no século xv e tem em vista assegurar para Portugal uma maior área de intervenção para o equilíbrio peninsular ibérico, de modo a poder agir como forma de pressão sobre Castela, por um lado, e de valorização do Reino aragonês no Sul, por outro»<sup>23</sup>.

Em 1988, João Silva de Sousa referiu-se ao desejo de «aumento da honra, de terras e outros bens através do manejo das armas», sempre presente na nobreza<sup>24</sup>. Em trabalho tornado público dois anos volvidos, António Dias Farinha caracterizou a conquista de Ceuta como uma «iniciativa isolada, sem qualquer inimigo a ameaçar as fronteiras, sem nenhum perigo iminente e preparada no maior segredo», acrescentando que a mesma se justificou por uma necessidade de afirmação de D. João I e da casa de Avis a nível interno e externo, para contrabalançar a ameaça de invasão castelhana e ainda para desejar obter as boas graças do Papado e da Cristandade em geral<sup>25</sup>.

Mas a revisão crítica e global do problema coube a A. H. de Oliveira Marques, autor que, em 1962, manifestara em grande parte a sua concordância com as ideias de Vitorino Magalhães Godinho<sup>26</sup>, mas que, dez anos depois, na primeira edição da sua *História de Portugal*, reviu todo o problema, salientando os vários aspetos que levaram os Portugueses de 1415 a assediar a cidade

do Estreito. Chamou a atenção para o facto de «as motivações, os objetivos e as infraestruturas» da conquista de Ceuta não se poderem confundir com as da expansão ultramarina, relacionando-se antes com a Reconquista dos séculos XII-XIII ou ainda com as manifestações expansionistas europeias no Mediterrâneo nos séculos XIV a XVI. De facto, a empresa portuguesa de 1415 tem muito mais que ver com os ataques castelhanos a Trípoli, em 1434, ou a Melilla, em 1497, do que com o reconhecimento do arquipélago da Madeira ou a dobragem do Cabo Bojador<sup>27</sup>.

Mais tarde, muitas destas ideias foram retomadas e desenvolvidas, ainda que num âmbito e com objetivos completamente diferentes, por Luís Filipe Reis Thomaz. Também para este autor, a intervenção portuguesa em Ceuta deve ser encarada como o prolongamento natural da Reconquista. Desde o fim do século XII, com a criação do bispado de Marrocos e, sobretudo, desde a batalha do Salado, em 1340, em que se começaram a multiplicar as bulas de cruzada concedidas aos monarcas portugueses, que se pensava em algo semelhante. Por outro lado, tendo sem dúvida alguma importância a nível económico e estratégico, Ceuta nunca foi um entreposto comercial. Como David Lopes já escrevera, Luís Filipe Thomaz recordou que Ceuta não era zona rica em cereais e o facto de ter sido durante os séculos da ocupação portuguesa abastecida com o trigo do reino, da Andaluzia, dos Açores, da Flandres e do Sul de Marrocos, mostra bem a sua insuficiência frumentária. Com a ida a Ceuta, D. João I desviou para Marrocos uma nobreza turbulenta, entusiasta de conquistas, que vivia um certo mal-estar social, pondo-a ao serviço da Coroa, dando-lhe cargos públicos, tenças, comendas e possibilidades de enriquecimento rápido, ao mesmo tempo que afrouxavam no reino alguns dos possíveis focos de tensões sociais<sup>28</sup>.

2

QUE CIDADE FORAM OS  
PORTUGUESES ENCONTRAR  
EM 1415?

Ceuta é a forma castelhana de Ceita (assim surge designada nas fontes portuguesas de quatrocentos e quinhentos), que se foi impondo ao longo dos três últimos séculos<sup>29</sup>. Tem origem no designativo que lhe foi dado pelos Romanos (*Septem Fratres*), respeitante aos sete montes da zona. De *Septem* > *Septa* > *Ceita* > *Ceuta*. A cidade teve, entretanto, outros nomes: *Abyla* com os Fenícios, *Septum* ou *Septa* com os Bizantinos, e finalmente *Sabta*, com os Muçulmanos.

Ao longo da história, Ceuta foi sucessivamente ocupada por Fenícios, Gregos, Cartagineses, Romanos, Vândalos, Visigodos, Bizantinos e, finalmente, Muçulmanos. Conquistada por estes em 709, teve vários senhores sucessivos (califado de Córdova, Almorávidas, Almóhadas, taifa de Murcia, Merinidas, Granadinos, etc.). Quando finalmente caiu nas mãos dos Portugueses, fazia parte do reino merinida.

Não deixou de ser igualmente cobiçada por Castela, a cuja área de conquista passou a pertencer, de acordo com o Tratado de Monteagudo (1291), assinado entre a primeira e Aragão.

Em Ceuta nasceu, nos alvares do século XII, o famoso geógrafo e cartógrafo Abu Abd Allah Muhammad al-Idrisi al-Qurtubi

al-Hasani al-Sabti, mais conhecido como Al Idrisi, que viveu a maior parte da vida na Sicília, tendo sido autor de um mapa-mundi, com uma primeira versão datada de 1154 e uma segunda de 1161.

Pela cidade do Estreito de Gibraltar passaram os famosos cinco mártires de Marrocos, franciscanos que o próprio fundador da ordem enviou para missionar o Norte de África, tendo sido massacrados em Marraquexe, em 1220. A proteção que obtiveram do infante D. Pedro, irmão de D. Afonso II, que então vivia no Norte de África, fez com que as suas relíquias tenham tido como destino Portugal, onde foram objeto de um culto relativamente importante<sup>30</sup>.

Exaltada por diversos autores islâmicos, Ceuta gozou sempre de grande prosperidade, graças sobretudo ao comércio marítimo (com Génova, Pisa, Veneza, Marselha, Aragão, Maiorca e Castela) e terrestre (com a Etiópia, Alexandria, Fez, Turquia e Gana). A cidade vendia açúcar, cavalos, coral, couros, escravos, frutos secos, lã, peixe salgado, peles e tapetes e comprava armas, aves de caça, especiarias, madeira, metais, panos, quinquilharias, tecidos e vinho. Em Ceuta também se praticava a pesca de numerosas espécies de peixe, de entre os quais se destacava o atum. Por seu turno, na área vizinha havia criação de gado e caça. Em termos de quantitativos populacionais, andava pelos 30 mil nos séculos XII-XIII<sup>31</sup>.

3

# O DOCE SABOR DA VITÓRIA